



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE REFERÊNCIA	DOD Nº 100/2025
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. CNPJ nº: 03.183.937/0001-38 Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795. Cidade: Manaus Estado: Amazonas</p> <p>Equipe de Planejamento da Contratação: Priscila Sena de Souza / GECAT Márcia Campelo da Silva / GEPEC Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos /GEPEC</p>	
2. OBJETO	
<p>2.1. Produto ou serviço a ser contratado:</p> <p>2.1.1. Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de serviço de envio de mensagens curtas de texto – SMS (short message service).</p>	
2.2. Característica do Objeto	
<p>2.2.1. O objeto, serviço de envio de mensagens curtas de texto – SMS, é considerado comum.</p>	
2.3. Subcontratação	
<p>2.3.1. Não será admitido a subcontratação do objeto.</p>	
3. JUSTIFICATIVA	
<p>3.1 O envio de mensagens curtas-SMS é um serviço utilizado frequentemente para comunicação entre a AFEAM e seus clientes externos.</p> <p>3.2 Enviados atualmente em todas as fases do crédito, do cadastro à cobrança, cada financiado recebe, durante a vigência de sua operação de crédito, mensagens de notificação que tem gerado bons resultados como elo de comunicação entre financiado e a AFEAM.</p> <p>3.3 Esse serviço também se faz importante na fase de concessão de crédito, pois existe a necessidade de validação dos números de telefones cadastrados pelos clientes. Com isso garantimos que haverá êxito ao entrarmos em contato com o cliente durante o processo de crédito.</p> <p>3.4 A realização da despesa dessa contratação está prevista no Planejamento Estratégico da AFEAM, na subconta nº 8.1.7.12.00.002 – Telecomunicações e na compatíveis com as necessidades da AFEAM.</p>	
4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO	
4.1 Especificações e quantidades:	

4.1.1 Os serviços serão licitados da seguinte forma:

Item	CATSER	Descrição do material ou serviço	Unid Fornec	Qtd estimada de mensagem anual
1	26352	Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de serviço de envio de mensagens curtas de texto – SMS (short message service).	MENSAGENS	500.000

4.1.2 Detalhamento do objeto:

4.1.2.1 Especificações mínimas

- Os serviços deverão ser prestados no Estado do Amazonas, dentro das condições de operação e cobertura das respectivas operadoras de telefonia móvel, tendo como CONTRATANTE ente da administração pública indireta do Estado do Amazonas;
- A proposta de serviços deverá ser apresentada para atendimento aos usuários de todas as operadoras identificadas nos itens c) e d), neste Termo;
- Faz parte do objeto a contratação de SMS - Short Message Service do tipo Mobile Terminated (MT) a dispositivos móveis vinculados a todas as operadoras de telefonia móvel que atuem no território nacional durante a vigência do contrato, aí incluídas as operadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Móvel Especializado (SME).
- Faz parte do objeto a contratação de SMS - Short Message Service do tipo Mobile Originated (MO) de dispositivos móveis vinculados a todas as operadoras de telefonia móvel que atuem no território nacional durante a vigência do contrato, aí incluídas as operadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Móvel Especializado (SME).
- A empresa deve possuir uma plataforma/site web de forma que permita gerar relatórios das mensagens enviadas e recebidas, possuindo filtros dia, mensal e anual;
- A empresa deve oferecer a opção de recebimento de respostas das mensagens (MO);
- Opção de Out-out (ato de cancelamento/recusa ao recebimento de SMS a ser enviado pelo cliente);
- A empresa deve fornecer integração via API REST e ou HTTP/HTTPS;
- A empresa deve garantir a entrega das mensagens em todos os municípios do Estado do Amazonas
- Permitir o envio em massa de SMS via API;
- Permitir agendamento de SMS via API;
- Permitir cancelamento de SMS agendado;
- Permitir consultar status de entrega ou erro das mensagens via API;
- O serviço precisa estar disponível 24x7x365;
- A entrega das mensagens precisa ser de forma instantânea com atraso de no máximo 10 minutos após a solicitação de envio;
- A empresa deve fazer o envio do SMS via short code.

4.1.2.2 Requisitos legais:

- a) A empresa deve ter conexão homologada com as todas as operadoras do Brasil;

4.1.2.3 Da Disponibilização dos serviços

- a) A CONTRATADA deverá entregar a CONTRATANTE o plano de implantação no prazo máximo de 02 dias após a assinatura do contrato.
- b) A CONTRATANTE fará a análise e aprovação/reprovação do plano de implantação no prazo máximo de 02 dias;
- c) Sendo o plano de implantação reprovado por qualquer inadequação observada pela CONTRATANTE a CONTRATADA deverá revisá-lo e devolvê-lo com as devidas adequações no prazo máximo de 5 dias para avaliação conforme exigências neste Termo;
- d) O serviço de mensagens, incluindo toda a infraestrutura necessária para sua plena utilização deverá ser disponibilizado, pela CONTRATADA, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, a contar da data de aprovação, pela CONTRATANTE, do Plano de Implantação, que deverá incluir documentação técnica com descrição completa do serviço contratado, em língua portuguesa.
- e) A documentação do Plano de Implantação poderá ser fornecida em meio impresso e/ou meio eletrônico. Quaisquer atualizações da documentação deverão ser fornecidas, sem ônus, durante o período de vigência do contrato;
- f) A CONTRATADA deve possuir toda a plataforma tecnológica necessária (infraestrutura computacional e de rede, licenças de uso, aplicativos etc.) para transportar as mensagens entre a CONTRATANTE e as operadoras, tanto no envio quanto no recebimento, atendendo aos requisitos de informações gerenciais sobre o serviço.

4.1.2.4 Integração de Sistemas

- a) A CONTRATADA será a empresa responsável pelo gerenciamento dos meios necessários à conexão às operadoras descritas neste Termo. A conexão dar-se-á através da Internet, via webservices utilizando mensagens em formato XML, JASON, ou similar, em texto ASCII ou UTF-8.
- b) A CONTRATADA deve fornecer duas interfaces para envio de mensagens:
 - b.1) Recepção de WebService (a ser criado e integrado pela CONTRATANTE);
 - b.2) Interface WEB para envio e recepção de mensagens através de site de internet provido pela CONTRATADA;
- c) O acesso à interface WEB deve ocorrer através de login e senha, fornecido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE no prazo máximo de 5 dias após solicitação por e-mail da CONTRATANTE.
- d) Deve ser provido sistema para controle de acesso como manutenção de contas de usuários e registro de acessos;
- e) As interfaces deverão ser interligadas de modo que a atualização efetuada via WebService seja refletida

automaticamente na interface WEB. Em especial devem ser integradas, a inserção e atualização de números e apelidos na lista de linhas celulares e a criação e atualização de grupos de linhas para envio de mensagens do sistema;

- f) Deve ser disponibilizado relatório on-line de utilização do sistema, permitindo o acompanhamento do desempenho do envio de mensagens, devendo ser possível verificarem a quantidade de mensagens enviadas a cada hora, destacando-se a quantidade de mensagens enviadas em até 1 minuto, em até 10 minutos e acima de 10 minutos. Devem-se separar mensagens tarifadas de eventuais mensagens não tarifadas. Devem estar disponíveis no mínimo as informações dos últimos 6 meses.
- g) Na data da ativação inicial do sistema já deverá ser possível acessar relatórios básicos de quantidade de mensagens por hora.
- h) Deve permitir a utilização simultânea de, pelo menos, 5 (cinco) usuários, independentemente da interface utilizada (Web ou Webservices).
- i) Deve também permitir importação de dados de arquivos csv e txt, planilhas de cálculo, além de permitir integrações via WebService.
- j) A CONTRATADA proverá o WebService para o recebimento de mensagens do tipo MO.
- k) O acesso ao WebService e sua utilização se darão sem ônus adicional à CONTRATANTE, além daqueles indicados neste documento;
- l) Deve ser possível a pesquisa das mensagens trafegadas através das seguintes chaves:
 - i. Texto da mensagem;
 - ii. Data e hora de envio;
 - iii. Número da linha receptora;
 - iv. Tempo de entrega;
 - v. Número de tentativas de entrega e interface de envio;
 - vi. Hora de envio da mensagem ao broker
 - vii. Hora para envio pré-agendado à operadora
 - viii. Hora de envio à operadora de fato
 - ix. Hora de entrega da mensagem do CTN (Call Transfer Notification)
 - x. Hora que o broker desistiu de entregar a mensagem
 - xi. Hora que a operadora desistiu de entregar a mensagem
 - xii. Hora que a plataforma de telefonia móvel da operadora desistiu de entregar as mensagens
- m) A pesquisa deve possibilitar a inclusão de limites de data e hora. Devem estar disponíveis no mínimo as informações dos últimos 6 meses, incluindo o dia em curso;
- n) Deve ser possível receber mensagens MO, através da interface WEB ou webservices. No recebimento, além da mensagem, deve ser identificado número de origem da mensagem e data/hora de envio, sendo ainda possível retornar resposta da mesma.

- o) Deve ser possível para mensagens MO recebidas através da WEB consulta através de um relatório na web com a possibilidade de exportação para PDF ou Excel. 3.20. A integração dos sistemas será acompanhada por técnicos da CONTRATADA e da CONTRATANTE;

4.1.2.5 Características da prestação do serviço

- a) As pesquisas e relatórios detalhados deverão estar disponíveis em até 10 (Dez) dias corridos após a ativação do sistema.
- b) Deve ser possível o envio de uma mesma mensagem para um celular ou vários celulares simultaneamente; o envio múltiplo simultâneo deve ser possível para ao menos 3500 (três mil e quinhentas) linhas celulares distintas. Entenda-se a capacidade de envio simultâneo como capacidade do sistema receber a solicitação, tratar e enviar esta quantidade de mensagens à plataforma da Operadora.
- c) Para mensagens enviadas em lote através da interface WEB ou através do WebService, deverá existir um recurso de filtragem do conjunto de mensagens enviadas que servirá para bloquear o envio à operadora de mensagens enviadas indevidamente pela CONTRATANTE.
- d) Deverá ser bloqueado pela CONTRATADA o envio da mesma mensagem para o mesmo número de celular em um intervalo menor que 60 (sessenta) minutos.
- e) Mensagens não entregues a operadora em até 30 minutos deverão ser devolvidas a CONTRATANTE com a devida indicação da falha do envio, e com a possibilidade de serem verificadas através da página WEB as mensagens que retornarão nesta condição.
- f) Deve ser disponibilizado o retorno da mensagem fornecido pela operadora, de modo a permitir a avaliação do ponto de possíveis falhas. O retorno deverá ser disponibilizado por meio de Web Service.
- g) Os serviços SMS objeto deste edital estão baseados no fornecimento de informações, através do envio ou troca de mensagens entre a CONTRATANTE e o telefone de destino, utilizando a tecnologia SMS da plataforma da operadora, em conjunto com aplicações e bancos de dados de propriedade da CONTRATANTE. Ou cujo uso, para essa finalidade, tenha sido a ela autorizado pelos efetivos proprietários dessas informações em acordo com o que dispõe a lei federal 13.709/2018(LGPD).
- h) Será definido posteriormente entre o GESTOR e a CONTRATADA um protocolo de comunicação para viabilização do processo de envio de mensagens SMS, que deverá prever no mínimo, os seguintes parâmetros:
 - i. Timeout para o tempo de expiração do envio da mensagem;
 - ii. Código de faturamento;
 - iii. Identificação do remetente;
 - iv. Texto da mensagem;

- v. Outras funcionalidades de acordo com as possibilidades de cada operadora;
- i) O protocolo de comunicação deverá ser genérico o suficiente para que todas as mensagens, independentemente da operadora de destino, tenham a mesma sintaxe, significando apenas uma única integração aos sistemas da CONTRATANTE.
- j) A CONTRATADA deverá ser capaz de receber mensagens da CONTRATANTE a uma velocidade mínima de 20.000 mensagens por hora;
- k) Os dados trafegados e as informações cadastrais são sigilosos a lei federal 13.709/2018(LGPD).
- l) A CONTRATADA será remunerada pelo serviço SMS prestado para cada mensagem destinada, conforme o valor resultante do procedimento licitatório.
- m) A base da portabilidade numérica deve estar contemplada na solução de forma que todas as mensagens sejam entregues sem necessidade de que o GESTOR tenha que informar a qual Operadora pertence o número do aparelho destino.
- n) A CONTRATADA deverá verificar mensalmente a existência de números de telefone destinatário inválidos. Caso encontre, deverá disponibilizar relatório digital a CONTRATANTE até o dia 10 do mês seguinte a fim de realizar uma limpeza nos dados inválidos existentes nas bases da CONTRATANTE
- o) Para efeitos de pagamentos somente serão consideradas mensagens enviadas para números de telefones válidos.

4.1.2.6 Manutenção dos Serviços

- a) O serviço de envio de mensagens deverá estar disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- b) Deverá ser mantida pela CONTRATADA estrutura de atendimento e suporte técnico em, no mínimo, horário comercial de segunda a sexta nos dias úteis, via e-mail, número de telefone local ou gratuito (nos moldes do serviço 0800) e via chat e/ou whatsapp;
- c) O acionamento deverá ocorrer através de número telefônico disponibilizado pela CONTRATADA, devendo ser fornecidos números de contato com níveis superiores de suporte para o caso de não atendimento da demanda pelo número principal. Complementarmente poderá ser fornecido e-mail para a abertura de falhas.
- d) A CONTRATADA deverá prover a abertura de chamados através de ligação telefônica gratuita (0800) ou via website.
- e) Os canais de atendimento devem ser informados obrigatoriamente até a data de disponibilização do serviço pela CONTRATADA.
- f) Serão admitidas interrupções no serviço para fins de manutenção, desde que previamente comunicadas e acordadas com a CONTRATANTE, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

g) A interrupção dos serviços em decorrência de emergências, casos fortuitos ou de força maior deverão ser justificados posteriormente.

h) As soluções das ocorrências devem obedecer aos critérios e os prazos da tabela abaixo:

Prazos para solução das ocorrências registradas (a partir do registro da ocorrência)	
Severidade Informada	Tempo para Solução
1	2 horas
2	4 horas
3	12 horas

Severidade 1: Ocorrência de alto impacto/Serviço indisponível

Severidade 2: Ocorrência de médio impacto/Serviço instável ou parcialmente indisponível.

Severidade 3: Ocorrência de baixo impacto/Serviço disponível.

i) Para o caso de manutenções programadas no sistema da CONTRATADA, a mesma deverá ajustar a janela operacional com a CONTRATANTE com pelo menos 5 dias de antecedência, a fim de reduzir o impacto nos serviços.

j) Para o caso de falhas técnicas nos sistemas da CONTRATADA que impacte nos serviços contratados, a CONTRATANTE deverá ser informado em até 30 minutos, ficando mantidos os níveis de serviço já indicados para efeito de medição e penalidade.

k) Caso de indisponibilidade do serviço das operadoras, a CONTRATANTE deverá ser formalmente informadas em até 30 minutos do início da falha. Estas falhas deverão ser comprovadas e documentadas a fim de evitar as penalidades cabíveis.

l) Na ocorrência do acima previsto, a CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA a importância devida por força da legislação específica (portaria 2123/2018 da ANATEL ou portaria que venha a substituí-la) e nos termos deste contrato pelos serviços realizados até a data da efetiva paralisação dos trabalhos.

m) Na ocorrência de indisponibilidade do serviço das operadoras, a CONTRATADA deverá indicar o prazo estimado da interrupção.

4.1.2.7 Nível de serviço esperado

a) Deve ser garantida a entrega à operadora de no mínimo:

i. 95% das mensagens no primeiro minuto após o envio;

ii. 99,9% das mensagens em até 10 minutos após o envio.

iii. Deve ser garantida disponibilidade de 98% dos serviços de envio de mensagens (up-time), devendo a CONTRATADA prover as redundâncias necessárias em sua plataforma para o atendimento deste quesito.

iv. As interfaces WebService e Web deverão apresentar disponibilidades de no mínimo 99% cada, desde

que as falhas não ocorram simultaneamente, pois neste caso fica mantida a disponibilidade dos serviços apontada no item anterior.

- v. Ficam excetuadas das disponibilidades citadas neste documento, as falhas de sistemas de responsabilidade da CONTRATANTE.

4.1.2.8 Requisitos de Segurança da Informação

- a) A CONTRATADA deverá observar os seguintes requisitos quanto à segurança da informação e comunicações:

- Tomar todas as providências necessárias para que seus funcionários, prepostos e/ou contratados observem os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação, principalmente o que preconiza a lei 13.709 que trata sobre a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, quando estiverem executando serviços para a AFEAM;
- Tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros;
- Respeitar rigorosamente o dever de segurança como sigilo, confidencialidade e disponibilidade;
- Manter sigilo sobre quaisquer informações da AFEAM às quais tenha acesso, obrigando-se a tratar como "segredos comerciais e confidenciais", quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos e modelos relativos aos serviços ora contratados.

- b) A CONTRATADA deve possuir política de backup de forma que seja possível recuperar as informações da CONTRATANTE em uma eventual necessidade.

4.1.2.9 Os licitantes deverão apresentar proposta de preços de acordo com tabela abaixo:

Item	Descrição	UNID FORNEC	Qtd estimada de mensagem anual	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de serviço de envio de mensagens curtas de texto – SMS (short message service).	Sv	500.000		
VALOR TOTAL					

4.1. Informar necessidade de visita técnica:

4.2.1. Não há necessidade de visita técnica para este objeto.

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE

5.1. Modalidade de licitação:

5.1.1 Será adotada o Procedimento na modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

5.2. Critério de julgamento das propostas:
5.2.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL .
5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor
5.3.1. O critério de adjudicação será global.
5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços
5.4.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços.
5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios
5.5.1. Não será permitida a participação de consórcios.
5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas;
5.6.1. Será permitida a participação de cooperativas.
6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO
6.1. Pelas características do objeto, não haverá necessidade de recebimento provisório;
6.2. A gestão e a fiscalização do contrato consistirão na verificação da conformidade da sua escoreta execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, devendo ser exercida pelo gestor do contrato designado pela CONTRATANTE, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo, cabendo ao responsável legal ou preposto da CONTRATADA o acompanhamento dessas atividades;
6.3. O recebimento definitivo do objeto se dará através da análise e aprovação dos seguintes documentos: I. Nota fiscal/Fatura correspondente aos Serviços prestados (objeto deste Termo de Referência), de forma continuada, referente ao período em que o serviço foi prestado, contendo, de forma física ou acesso virtual, demonstrativo dos valores referentes à prestação dos serviços no período de apuração, com indicação do número de todas as linhas habilitadas e consumo correspondente; II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM; III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade;
7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
7.1. O valor estimado para esta licitação é sigiloso, na forma do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.
8. FORMA DE PAGAMENTO
8.1. O valor será faturado mensalmente e efetuado pagamento em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e ateste do fiscal técnico do contrato, que se dará mediante a apresentação

dos documentos elencados no item 6.3 deste Termo.

9. REAJUSTE

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos do artigo 190 e ss. c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

9.2. O prazo mencionado no subitem 9.1 será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, nos casos de reajuste.

9.3. Os valores contratuais serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

9.4. Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do artigo 200 c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

10.1. O prazo de execução do serviço será o mesmo prazo de vigência contrato, de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 71, da Lei nº 13.303, de 2016.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

12. AMOSTRAS

9.1. Não haverá exigência de amostras para a presente contratação.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Cumprir fielmente o objeto do contrato;

13.2. Entregar os serviços de acordo com o pactuado;

13.3. Prestar o suporte necessário à AFEAM, quando da ocorrência de bugs de funcionalidades que impeça a utilização da ferramenta contratada, na tentativa de obter sua correção junto à Fabricante.

13.4. Entregar os serviços objeto deste Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

13.5. Comunicar a AFEAM, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.4. Indicar nome e telefone para comunicação e notificação para atendimento das demandas, bem como esclarecimentos de dúvidas de qualquer natureza quanto aos produtos objeto do contrato;

13.5. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

13.6. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;

13.7. Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;

13.8. Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;

13.9. Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce;

13.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE, bem como por toda e qualquer alteração relativa a incidência de impostos, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus ou ação judicial;

13.11. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

13.12. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Permitir à CONTRATADA executar o objeto do contrato;

14.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a boa e fiel execução do objeto do contrato;

14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

14.4. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

14.5. Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

14.6. Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE;

14.7. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;

14.8. Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes.

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Critérios de Habilitação Jurídica

15.1.2. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII. os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- IX. Para representação por meio de instrumento de procuração, a empresa com proposta de menor preço deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da empresa representada. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação.

15.2. Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

- I. 1 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que o licitante já executou objeto compatível e pertinente em características,

quantidades e prazos com o objeto da licitação e deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente do licitante;

a) com relação à quantidade dos atestados a que se refere o inciso I do subitem 15.2, deverá demonstrar que o licitante executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam a 30% (trinta por cento), do quantitativo total de mensagens, ou seja um volume mínimo de 150.000 (cento e cinquenta mil) mensagens, durante o período de 12 (doze) meses;

b) para atendimento do critério de quantidade constante no parágrafo anterior, poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.

c) com relação ao prazo de execução dos serviços, deverá ser comprovado que o licitante já executou objeto em contratação semelhante, pelo mesmo prazo de vigência inicial do contrato estipulado em instrumento convocatório, ininterruptos ou não, ou seja, 12 (doze) meses.

d) A empresa proponente deverá apresentar documento que comprove outorga da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações para operar serviços de comunicação de dados ou, na ausência dessa outorga, poderá ser apresentada declaração da existência de contrato para prestação de serviços de envio de mensagens subscrito para todas as operadoras de telefonia móvel que atuem no território nacional ou ainda, documento da Anatel que comprove a dispensa para esse ramo de atividade, conforme o tipo de serviço.

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se a:

I. apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

II. apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; e

15.3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação dos índices abaixo, podendo ser apresentada por meio de Declaração de Capacidade Financeira:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Caso não atendido os índices na forma do item anterior, comprovar capital mínimo ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.4. Regularidade Fiscal

15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso;
- II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

16. CONTRATO

16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta do Instrumento equivalente ao Contrato, anexo do Edital de Procedimento na Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Não se aplica por não haver compatibilidade com o objeto.

18. PENALIDADES

18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa, na forma prevista neste Contrato; e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.4. No caso de inexecução parcial, incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da AFEAM;

18.5. No caso de inexecução total, incidência de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da AFEAM;

18.6. A sanção de multa será aplicada na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da “Tabela 1 - Grau de infrações”, respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na “Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau”;

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais.	03
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	02
05	Deixar de zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas.	03
06	Utilizar as dependências da AFEAM para fins diversos do objeto do contrato.	03
07	Retirar das dependências da CONTRATANTE qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato.	03
08	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	02
09	Deixar de atender às demandas e solicitações da CONTRATANTE nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados, no Edital e seus Anexos.	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas.	01
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE.	02
12	Não entregar a amostra do equipamento ou produto, quando solicitado.	02
13	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada.	04
14	Paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.	04
15	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	04

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

19. GARANTIA

19.1. Não haverá solicitação de garantia em virtude de o desembolso ocorrer somente após a comprovação de prestação do serviço.

20. APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência está de acordo com o DOD nº 19/2025 e com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 16 de setembro 2025.

Priscila Sena de Souza
Coordenadora/GECAT
Mat. 277

Márcia Campelo da Silva
Assessora/GEPEC
Mat. 596

Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos
Especialista de Fomento/GEPEC
Mat. 784

De acordo,

Manaus, de de 2025.

Aprovação da Área Administrativa

JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇALVES
Gerente da GERAD

APROVO,

Manaus, de de 2025.

Autoridade Competente

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente